

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVE EDUCATION: A CHALLENGE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.26.1-14

Genildo Souza Lima ¹

RESUMO

O artigo aborda profundamente a importância da inclusão educacional, particularmente para crianças com dificuldades de aprendizagem. Ele destaca o papel central da escola não apenas como um local de instrução, mas como uma instituição destinada à socialização do conhecimento, ao fomento do desenvolvimento cognitivo e à inculcação de regras de conduta social. No entanto, a realidade atual aponta que muitas vezes, quando crianças não se encaixam em moldes convencionais, são rapidamente etiquetadas como problemáticas ou deficitárias. Para superar esse paradigma e alcançar uma verdadeira inclusão, o artigo enfatiza a necessidade de uma transformação radical nas representações sociais e nas práticas pedagógicas. Isso implica em eliminar a dicotomia entre o que é categorizado como ensino "especial" e "regular", promovendo uma educação que seja holística e integradora. Esta jornada de inclusão é complexa, repleta de desafios, dúvidas e resistências. No entanto, é crucial que essa transformação seja um esforço coletivo, envolvendo educadores, alunos, pais e a comunidade em geral em discussões contínuas, reflexões e adaptações. O educador moderno, conforme discutido no artigo, deve estar apto a navegar por diversas dimensões pedagógicas, propondo estratégias inovadoras que atendam às necessidades individuais de aprendizado. Isso se estende além da sala de aula, exigindo que os educadores estejam armados com uma variedade de técnicas, instrumentos e recursos. Em última análise, uma verdadeira inclusão é vista não apenas como uma abordagem pedagógica, mas como uma representação de uma escola que está intrinsecamente ligada à vida, refletindo experiências autênticas e, no contexto brasileiro, genuinamente nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação infantil; Dificuldade de aprendizagem.

ABSTRACT

The article delves deeply into the importance of educational inclusion, particularly for children with learning difficulties. It highlights the central role of the school not just as a place of instruction, but as an institution meant for the socialization of knowledge, the fostering of cognitive development, and the inculcation of social conduct rules. However, the current reality suggests that often, when children don't fit into conventional molds, they are quickly labeled as problematic or deficient. To overcome this paradigm and achieve true inclusion, the article emphasizes the need for a radical transformation in social representations and pedagogical practices. This implies eliminating the dichotomy between what is categorized as "special" and "regular" education, promoting an education that is holistic and integrative. This journey of inclusion is complex, filled with challenges, doubts, and resistances. Nevertheless, it's vital that this transformation be a collective effort, involving educators, students, parents, and the general community in continuous discussions, reflections, and adaptations. The modern educator, as discussed in the article, should be adept at navigating various pedagogical dimensions, proposing innovative strategies that cater to individual learning needs. This extends beyond the classroom, requiring educators to be equipped with a range of techniques, tools, and resources. Ultimately, true inclusion is seen not just as a pedagogical approach, but as a representation of a school that is intrinsically linked to life, reflecting authentic experiences and, in the Brazilian context, genuinely national ones.

KEYWORDS: Inclusion; Early Childhood Education; Learning Difficulty.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Graduado em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-MAIL: limabrown@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/8823606162736956

INTRODUÇÃO

Considerando a realidade observada nas escolas públicas de Jaciara, Goiás, ressalta-se a urgência de os educadores buscarem conhecimentos específicos e recursos que auxiliem tanto em sua prática cotidiana quanto em sua formação profissional. Isso se deve ao fato de que a educação inclusiva tem se tornado um tema de preocupação crescente para muitos profissionais da área. Essa busca não só enriquece a prática pedagógica, mas também é crucial para a construção dos saberes docentes.

Este estudo traz reflexões teóricas sobre a construção e ressignificação dos saberes diante da inclusão escolar, servindo de base para a pesquisa realizada em escolas que integram alunos com necessidades educacionais especiais em suas classes.

É imperativo valorizar as individualidades de cada aluno, incorporar a diversidade sem distinções e reconhecer a relevância da inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Cumprir a legislação que assegura a matrícula desses alunos é um tópico amplamente debatido no meio educacional.

Contudo, será que as escolas estão de fato prontas para a inclusão? Estariam os professores, equipes pedagógicas e setores de Psicologia ou Psicopedagogia capacitados para lidar com essa diversidade no ensino regular? A realidade é que ainda é reduzido o número de escolas no Brasil verdadeiramente preparadas e em busca de qualificação para atender adequadamente esses alunos.

No contexto de constantes mudanças culturais, a educação é impactada por diversos fatores, desde alterações curriculares e organizacionais até a introdução de novos recursos didáticos e a desvalorização da docência. Essas transformações afetam a organização escolar e a identidade do professor. Em meio a esse cenário de constante

mudança, é vital que o profissional esteja atento, visando a adaptação e promoção de transformações positivas.

Frente ao desafio da inclusão, é essencial que os educadores adotem uma postura positiva e reflexiva, vendo a mudança não como ameaça, mas como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Um caminho eficaz para lidar com essas alterações é construir uma nova identidade profissional, fundamentada numa perspectiva crítico-reflexiva sobre a própria prática.

Dessa forma, torna-se primordial que o educador esteja capacitado em metodologias e estratégias adequadas para diagnosticar e entender seu aluno, utilizando uma pedagogia apropriada para cada indivíduo. A integração entre a ludicidade e a teoria pode ser um diferencial, já que a prática desempenha papel central na assimilação de novos conteúdos, potencializando a aprendizagem.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ÂMBITO ESCOLAR

Desde a década de 90, a inclusão tem sido amplamente debatida, configurando-se como mais um desafio para a educação brasileira. Historicamente, a sociedade discriminou e segregou pessoas com deficiência. Contudo, a partir dos anos 70, emergiram os conceitos de integração e normalização como respostas às práticas segregacionistas, visando permitir uma participação mais ativa do indivíduo deficiente nas atividades sociais e educacionais.

Inspirada pelo Ano Internacional das Pessoas com Deficiência em 1981, a perspectiva sobre a deficiência sofreu uma mudança significativa. Passou-se a compreender que a sociedade deve adaptar-se às pessoas com deficiência, e não o contrário. Assim, a deficiência deixou de ser vista apenas como uma característica do indivíduo, passando a ser interpretada também à luz das barreiras sociais.

A educação inclusiva busca oferecer igualdade de oportunidades, adaptando os serviços educacionais para

atender às necessidades individuais dos estudantes, independentemente de quão distintas possam ser. É notório que essa compreensão sobre a pessoa com deficiência não existia há algumas décadas. Evoluímos de abordagens cruéis até o entendimento atual.

A transformação social levou à criação de instituições especializadas para pessoas com deficiências. No entanto, muitas vezes, a consequência foi a exclusão dessas pessoas do convívio social, com base no preconceito de que elas seriam incapazes de se integrar à sociedade. Em alinhamento com a Declaração de Salamanca (1994), o Brasil optou por construir um sistema educacional inclusivo.

A concepção da educação inclusiva se afasta das necessidades sociais padrão, voltando-se para as necessidades individuais dos alunos. É essencial que a escola se adapte ao aluno e não o contrário. A escola regular deve reconhecer e respeitar a diversidade, interagindo com a comunidade e as famílias.

Devemos evitar qualquer forma de discriminação. Não podemos aceitar um aluno com necessidades especiais e excluir outro por qualquer motivo trivial. É responsabilidade de todos combater o preconceito e a discriminação.

A inclusão ultrapassa as barreiras do ambiente escolar, estendendo-se à comunidade, família e sociedade. A verdadeira inclusão abrange todas as etapas educacionais e deve ser uma ação conjunta entre sociedade, família e escola.

Alunos com necessidades especiais devem ser integrados às salas regulares e, se necessário, ter acesso a salas de atendimento especializado. Nossa educação atual é uma ferramenta que prepara o indivíduo para a sociedade, exigindo do professor qualificação constante. A função primordial da escola é ensinar, embora o ensino no Brasil enfrente desafios decorrentes da intervenção política e da formação inadequada de muitos docentes.

A educação infantil, para todas as crianças, requer uma abordagem crítica e reflexiva, considerando o contexto escolar, os conteúdos propostos e as

estratégias metodológicas que atendam às necessidades de cada aluno. Documentos como a LDB/96 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) enfatizam a necessidade de cuidar e educar, respeitando as singularidades de cada criança.

“Educar” significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. “Cuidar” significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades (BRASIL, 1998, pp.23-24).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001a) orientam a inclusão de crianças com deficiência em programas de creche e pré-escola que visem ao desenvolvimento integral, assegurando o acesso à informação e ao conhecimento historicamente acumulado. Esse compromisso é compartilhado com pais e serviços comunitários. A parceria entre os serviços de apoio pedagógico especializado da Educação Especial e instituições especializadas em habilitação e reabilitação se mostra essencial para avaliação, atendimento às demandas específicas de desenvolvimento, elaboração de programas de intervenção precoce e suporte às famílias.

Sob essa ótica inclusiva, os serviços de educação especial oferecidos por instituições especializadas passam a ser fundamentais no suporte à escola regular. Eles colaboram nas demandas relativas às necessidades educacionais especiais, por meio de interações inter e transdisciplinares, auxiliando na criação do projeto pedagógico, na orientação para adaptações e complementações curriculares, garantindo, assim, o acesso dos alunos ao currículo da escola regular.

O conceito de inclusão, ao ser analisado em sua trajetória sócio-histórica, sinaliza a urgência em intensificar o debate sobre diversidade. Isso implica entender a heterogeneidade, as variações individuais e coletivas, as peculiaridades humanas e, especialmente, as diferentes situações encontradas no contexto social e no dia a dia escolar. Esse debate exige uma reflexão sobre as noções historicamente construídas a respeito dos alunos com deficiência, que estão arraigadas no imaginário social e manifestas em práticas pedagógicas focadas nas limitações e obstáculos. Tais concepções, infelizmente, ainda persistem em muitos ambientes escolares.

DIFICULDADE OU DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

Considerar o que define um distúrbio, transtorno ou dificuldade de aprendizagem é uma problemática inquietante para profissionais envolvidos no diagnóstico, prevenção e reabilitação do processo de aprendizagem. Há uma vasta literatura sobre o assunto, e as definições nem sempre convergem.

Estes desafios se estendem além do aluno, tocando a família e a escola. Entre os fatores mais relevantes, destacamos: a criança superprotegida, a criança negligenciada, e as causas ocultas de problemas escolares, que frequentemente são negligenciadas por pais e professores. Há ainda as questões sensoriais, os fatores emocionais e os aspectos mentais a serem considerados.

Profissionais da educação enfrentam inúmeros desafios, especialmente quando lidam com crianças que têm deficiências específicas. A intervenção é uma responsabilidade compartilhada entre famílias, escolas, governo e a própria criança. O processo é desafiador, mas com abordagens adequadas, pode se tornar menos complexo.

Os distúrbios de aprendizagem abrangem um leque de alterações que resultam em dificuldades na audição, fala, leitura, escrita e habilidades matemáticas.

Estas são intrínsecas ao indivíduo e estão, muitas vezes, ligadas a uma disfunção do sistema nervoso central.

É essencial que os pais estejam atentos ao comportamento e ao desempenho escolar de seus filhos. Os distúrbios mais comuns incluem: Dislexia, TDAH, Discalculia, Discografia e Autismo. Se os distúrbios de aprendizagem são detectados apenas no ambiente escolar, é preciso avaliar também o ambiente educacional.

As causas de dificuldades de aprendizagem podem ser múltiplas, incluindo fatores sociais, políticos e econômicos. Muitas vezes, essas causas são ignoradas por pais e educadores.

É crucial abordar questões como hiperatividade, tanto do ponto de vista neurológico quanto emocional. Além disso, compreender as diferenças individuais é fundamental. Crianças com deficiências, por exemplo, podem superar obstáculos com o suporte adequado.

A aprendizagem da leitura e escrita é uma tarefa essencial na educação. Por mais simples que possa parecer, representa um dos maiores desafios educacionais da atualidade. Quando a criança ingressa na escola, a alfabetização é central. Contudo, a leitura e a escrita são habilidades complexas que exigem atenção específica.

Todas as crianças enfrentam desafios ao aprender a ler e escrever. Quando as crianças não conseguem atender às expectativas da professora, supõe-se e conclui-se que elas têm problemas, pois a escola constrói um modelo de bom aluno. No entanto, nem todas as crianças se adaptam a esse modelo. Diante disso, os professores, em busca de explicações, frequentemente atribuem tais situações a problemas como: "Estas crianças não podem aprender porque não têm apoio familiar, falta acompanhamento dos pais, falta de maturidade, suposta lesão cerebral mínima ou transtornos do tipo: psicomotor, fonação, percepção, entre outros.

Estas crianças não podem aprender porque não há ajuda familiar, não tem acompanhamento dos pais falta de maturidade, suposta lesão cerebral mínima ou transtornos do tipo: psicomotora, na fonação, percepção, etc..."(FERREIRO, 1989, p. 73).

E, como consequência, essas crianças aprendem que não são capazes de aprender. No ambiente escolar, tentam se adequar às normas, copiando do quadro mesmo sem compreender o motivo. Algumas se recusam a copiar, buscando outras atividades, criando assim o ambiente propício para a indisciplina. Diversos estudos indicam que o alto índice de repetência ou atraso escolar é uma prova do fracasso das escolas. Aproximadamente metade dos alunos repetem a primeira série. Quando consideramos alunos provenientes de famílias de baixa renda, essa porcentagem sobe para 60% (TORRES, 1999, p. 12).

Segundo Ferreiro (1989, p. 73)

A escola geralmente, ineficiente para introduzir as crianças no mundo da língua escrita, é, contudo, extremamente eficiente para conseguir fazer com que assumam a culpa de seu próprio fracasso: um dos maiores danos que se pode fazer a uma criança é levá-la a perder a confiança em sua capacidade de pensar.

Neste cenário, o ensino da escrita torna-se uma mera técnica que se encaixa num sistema de reprodução cultural. Os impactos desse método são evidentes não apenas em taxas de evasão e repetência, mas nos resultados de uma alfabetização que carece de significado e consciência. Além disso, já é amplamente reconhecido que o fracasso escolar não é distribuído igualmente entre a população.

No processo de inclusão, é fundamental enxergar a criança com necessidades educacionais especiais não apenas por suas limitações, mas em sua totalidade humana. A questão não se trata apenas de respeitar ou valorizar diferenças, mas de adotar posturas positivas,

adequadas e comprometidas, garantindo a construção do conhecimento e avanço na aprendizagem.

A educação infantil, não somente de crianças com necessidades específicas, é uma situação complexa que requer análise crítica do contexto escolar, das condições existentes, dos conteúdos propostos e das estratégias metodológicas.

O fracasso escolar, especialmente durante a fase de alfabetização, é mais proeminente entre populações marginalizadas. Há correlações entre o fracasso na alfabetização e fatores como saúde da criança, nível educacional dos pais e condições de vida. Professores e instituições escolares têm reconhecido tal realidade. Além das crianças com transtornos específicos, muitas outras enfrentam desafios de aprendizagem devido a fatores variados, não necessariamente orgânicos. Por exemplo, uma criança pode ter dificuldade em traçar letras, mas isso não necessariamente indica problemas motores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo, assim, que a abordagem das crianças com dificuldades de aprendizagem deve ser centralizada na instituição escolar, que tem uma função social fundamental: socializar os conhecimentos, fomentar o desenvolvimento cognitivo e moldar regras de conduta, tudo alinhado a um propósito social mais vasto.

Destaco a necessidade imperativa de transformação das representações sociais e das práticas pedagógicas, tanto na educação especial quanto no ensino regular. É preciso abolir a separação entre "especial" e "comum", visando um ensino unificado, centrado na inclusão e no sucesso acadêmico de todos os alunos.

Embora existam muitas incertezas e desafios ao planejar e implementar práticas inclusivas, não existe uma fórmula única. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é um trabalho contínuo, que deve ser refletido, debatido e revisado pela comunidade

escolar. Este processo deve se basear em diálogo, enfrentando os desafios da sala de aula e alavancando o potencial da escola para criar uma rede de suporte envolvendo pais e a comunidade em geral.

Com base nas pesquisas realizadas, destaco que a educação inclusiva ainda é uma área em construção, que se beneficia da intersecção de diversos campos do conhecimento. O educador, por sua vez, deve estar capacitado para navegar por essa interdisciplinaridade, oferecendo alternativas que apoiem as crianças a refinar suas estratégias de aprendizagem. Isso implica um repertório vasto de técnicas e recursos para potencializar o desenvolvimento do aluno. Além disso, a observação atenta, a atenção e a dedicação são cruciais. Em situações em que esses esforços não são suficientes, a busca por especialistas torna-se necessária.

Vislumbramos uma escola verdadeiramente inclusiva como um espaço integrado à vida, rica em interações humanas, vivenciando e oferecendo experiências autenticamente brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996, Seção 1.

FERREIRO, Emilia; **TEBEROSKY,** Ana. Psicogênese da língua escrita. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. São Paulo: Cortez, 1999.